

A república da mentira:

Considerações sobre a “prática política” do governo FHC.

Franklin Leopoldo e Silva.

Como citar: SILVA, Franklin Leopoldo e. A república da mentira: Considerações sobre a “prática política” do governo FHC. *In*: LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Candida (org.). **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília: Oficina Universitária, 2001. p. 133-146. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-20-4.p133-146>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A REPÚBLICA DA MENTIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A “PRÁTICA POLÍTICA” DO GOVERNO FHC¹

Franklin Leopoldo e SILVA²

A inquietação não é social e sim política, e se deve ao fato de ser este um ano eleitoral: foi o que declarou FHC em entrevista à *Folha de S.Paulo*, de 21/5/2000. Traduzindo e explicitando: todos os movimentos reivindicatórios têm pois apenas a função de corroborar as críticas eventualmente feitas ao governo pelos candidatos e pelos partidos de oposição. As greves e outras manifestações de insatisfação fazem parte de uma campanha política que tem a finalidade imediata de comover a opinião pública e, desviando os eleitores do bom-senso e da reta razão, venha a carrear votos contra o governo, o que só pode ser conseguido pela via do histerismo, uma vez que não haveria como negar racionalmente a competência técnica e a sensibilidade social do governo e de seus aliados. Este diagnóstico feito pelo Presidente da República, ao referir-se às manifestações públicas e à repressão policial, é bastante revelador do que FHC parece entender atualmente por *política*, mas de forma alguma honra a sua formação de cientista social.

No entanto, sua opinião é perfeitamente explicável. Que tipo de *política* tem ele feito desde que assumiu o cargo? Teria sido por acaso algo que superasse, ainda que minimamente, as alianças ocasionais destituídas de qualquer critério ideológico, as permutas ilimitadas com quaisquer grupos, orientadas apenas pela finalidade imediata da obtenção de apoio e de votos, com a conseqüente submissão dos interesses do País às exigências dos grupos

¹ Este artigo foi escrito logo após a manifestação dos estudantes, servidores públicos federais e estaduais na Av. Paulista, no dia 18 de maio de 2000, na qual foram violentamente agredidos pela polícia.

² Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – SP.

economicamente hegemônicos e de seus prepostos no executivo e no legislativo? É possível citar um só impasse legislativo que o governo não tivesse tentado resolver por via do mais aberto fisiologismo? Alguém poderia, em sã consciência, afirmar que no Congresso Nacional alguma questão é resolvida através do debate de idéias e da busca da preservação dos interesses do povo? É possível lembrar alguma referência à sociedade, por parte de FHC, de seus ministros e de seus porta-vozes, que não fosse uma eloqüente manifestação da retórica do cinismo?

Não surpreende, pois, que para o presidente a política seja definida nos termos de um estrito oportunismo eleitoral, pois é esse tipo de “atividade política” que tem caracterizado o seu comportamento. Ele tenta, portanto, passar para a população a idéia de que movimentos sociais, quando não são obra de criminosos obstinados e reincidentes, como no caso do MST, são mera propaganda política, com o intuito de mostrar à população um quadro mentiroso das políticas públicas implementadas no setor social e que tende a deformar o enorme empenho do governo no aprimoramento dos serviços públicos principalmente nas áreas de saúde e educação. Mas não basta a contrapropaganda governamental, porque os agitadores trabalham com o possível impacto de grandes manifestações. É preciso, então, reprimir, não a expressão da discordância em si mesma, mas o excesso que ela por definição traz. O que estaria sendo reprimido não seria um verdadeiro movimento político-social, mas a manifestação exacerbada de pequenos interesses eleitorais e corporativos. Prova disso é que quem se manifesta são os funcionários públicos, essa praga que o governo vem tentando extirpar.

Não havendo portanto verdadeiro conteúdo político-social nessas manifestações, podem elas ser reduzidas a problema de trânsito: secundado pela grande imprensa, o governo estadual de São Paulo justifica a repressão da passeata na Av. Paulista dizendo que a polícia, ao desejar unicamente desobstruir o trânsito para não causar transtornos à população ordeira, teria se deparado com a teimosia dos manifestantes, o que ocasionou o confronto, originado então apenas pelos *excessos* dos manifestantes. Tais excessos, por

sua vez, derivam do inconformismo das pessoas perante a concepção *técnica* que as autoridades têm de manifestação pública. Atos públicos, no sentido técnico, são aqueles organizados *onde, quando e como* o governo deseja. Fora disso é baderna. Não há sentido em recusar as normas técnicas de manifestação porque, já que os atos não possuem nenhum sentido político-social, a única coisa que resta é a organização técnica, sob a tutela da autoridade e a supervisão da polícia. Ninguém está impedido de expressar a sua opinião, desde que o faça de acordo com a definição de expressão pública dada pela autoridade. Só se pode *divergir* se o modo de fazê-lo estiver *em acordo* com o que pensam da divergência aqueles dos quais se está discordando. A essa concepção autoritária do que seja democracia se associa a chamada manutenção da ordem pública, de que o governo não pode abrir mão. A livre expressão só é legítima quando os detentores do poder determinam as formas e limites dessa *livre-expressão*. O argumento seria cômico se o que se esconde por trás dele não fosse sinistro.

Todos sabem que se tornou um hábito em FHC desqualificar qualquer oposição. Os que divergem dele são sempre burros ou mal intencionados. Não se deve creditar tal atitude apenas a uma personalidade autoritária. Na medida em que a desqualificação do oponente se apresenta como conduta política, isso significa que a única discussão política cabível é no máximo a dos meios de implementação das decisões do governo, e nunca pode abranger as próprias decisões. A justificativa dessa postura é dada pela suposta qualidade técnica das decisões, o que se acha exemplarmente ilustrado nos pronunciamentos da equipe econômica, sobretudo nas falas do ministro Pedro Malan. Os que questionam as decisões do governo o fazem sempre por incompetência ou desconhecimento de todos os dados da situação, pois tais decisões seriam sempre tomadas após análise objetiva e representariam sempre a solução *científica* para a questão em pauta, seja a ajuda a bancos, a privatização de determinada empresa pública ou a fixação do salário mínimo. Há sempre uma demonstração exata de que a opção do governo é a única compatível com a visão objetiva do problema. E isso diz respeito tanto às decisões político-administrativas que são

particularmente tomadas quanto ao contexto em que se inserem, o qual é visto como dado naturalmente indiscutível – caso da globalização. O que se pretende com isso é projetar um consenso estabelecido objetivamente e que não estaria portanto sujeito a discussões políticas. Daí a impermeabilidade do governo no que concerne à discussão de prioridades sociais como possíveis parâmetros de política econômica. Na verdade, a expressão *política econômica* praticamente perde o sentido, pois os rumos econômicos não são objeto de discussão política mas de formas de gestão, cuja objetividade e racionalidade nunca entram em jogo.

Ora, num contexto como esse, o governo não pode aceitar que haja sentido em qualquer reivindicação de caráter social, especialmente no que diz respeito a salários. Se a fixação de salário representa um resultado científico, como questioná-lo? Se pessoas vão viver com esse salário e se a importância *objetivamente* estabelecida é insuficiente para que possam subsistir, é algo secundário e que não entra no conjunto das variáveis consideradas. Levantar tais argumentos é *demagogia*. No jogo dos números e das exigências dos organismos internacionais, o pagamento dos juros da dívida será sempre um fator tecnicamente superior ao salário do trabalhador e aos investimentos sociais. Só pensam diferentemente aqueles que não estão vinculados às responsabilidades técnicas de governo, e que portanto não merecem ser ouvidos. Essa exclusão dos tecnicamente inabilitados abrange todos os assalariados e dependentes de serviços públicos – o que esvazia *a priori* de sentido qualquer reivindicação. A partir daí fica desqualificado qualquer movimento social, porque a própria esfera política em que se originaria a sua legitimidade foi decretada inexistente pela tecnocracia governamental. A contraprova disso é que, quando um grupo corporativamente poderoso e *seleto* pressiona o governo, como no caso dos juízes, a solução do reajuste é considerada tecnicamente viável porque, atingindo um grupo relativamente pequeno, não causaria impacto orçamentário. No mundo da gestão tecnocrática da economia não existem pessoas, mas apenas números. Como num universo abstrato não existem relações políticas, é natural que um governo dominado pela tecnocracia não se relacione politicamente

com os governados. A relação política reduz-se então às técnicas de manipulação da informação para que as pessoas venham a se persuadir de que a atitude consensual é a única razoável. Isso é coerente: o tecnocrata lida com pessoas como se fossem coisas; não considera que existam cidadãos ou sujeitos políticos.

É nessa destituição da cidadania que se insinua o que acima chamamos de sinistro. Quando a cidadania política insiste em se manifestar, ela só pode ser tratada como transgressão. E se as pessoas se organizam para reivindicar concretamente os direitos (trabalho, saúde, educação), transformam-se em criminosas. Para um governo totalitário, qualquer ação que venha a tentar o restabelecimento de um espaço público de discussão e reivindicação passa a ser considerada um crime. Por isto o movimento social é visto como baderna e o ativista social como um fora da lei. Opera-se uma inversão: em vez de a lei proteger a cidadania, ela só protege aquele que renuncia na prática aos direitos de cidadão. Só está dentro da ordem aquele que adere ao consenso: aplaude ou silencia. Nesse sentido, a criminalização do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra deve ser vista como uma ameaça que pesa sobre todos e não apenas como uma medida tomada em relação aos sem-terra. O princípio que está implícito no procedimento do governo é de alcance geral: nada impede que ele venha a ser aplicado a movimentos que ocorram entre profissionais da saúde, professores ou qualquer outra esfera do trabalho assalariado. Nada impede que ele venha a ser aplicado a qualquer reivindicação de caráter social: manifestar-se quanto à precariedade dos serviços de saúde, educação ou transporte pode ser considerado um crime.

Na época da ditadura, os governos militares se esforçavam para passar à população a idéia de que os que agiam contra o governo eram criminosos comuns e não ativistas políticos. Procurava-se mostrar que essas pessoas que se opunham ativamente ao regime político roubavam e matavam da mesma maneira que os ladrões e assassinos. Espalhavam-se cartazes com as fotos dessas pessoas, incutindo na população a idéia de que, se as denunciassem, estariam auxiliando a polícia a prender bandidos e não opositores políticos. Este procedimento foi exatamente reproduzido na edição da revista

Veja em que os sem-terra são mostrados como bandidos, capazes de todos os crimes e que a última coisa que realmente desejam é terra para trabalhar. O conluio entre a revista *Veja* e o governo é tanto mais imoral quanto a revista não pode fugir à responsabilidade alegando pressão e ameaça do governo, como nos tempos da ditadura. O procedimento, de índole fascista, foi fruto de um acordo que a revista estabeleceu livremente com um governo que se preocupa cada vez menos em disfarçar seu vezo totalitário. Bastante ilustrativo dessa postura é o fato de o sr. Andrea Matarazzo ter achado perfeitamente natural a proibição da transmissão da entrevista de Pedro Stedille pela TV. Mais importante do que atentar para episódios pontuais é analisar o que representam tendencialmente e aquilo para que apontam. Os procedimentos do governo FHC e de Mario Covas reproduzem as práticas da ditadura tanto no que se refere às ações concretas de repressão quanto na tática de manipulação da opinião pública. Como nada indica que a situação social se modificará para melhor, devemos esperar uma intensificação da repressão aos movimentos populares, e isso ocorrerá tanto diretamente, pela ação da polícia, pelas punições de trabalhadores etc., quanto por via de uma campanha muito bem articulada de desmoralização dos movimentos sociais, à qual a mídia já está se prestando de forma muito efetiva. O governo joga tudo na despolitização do país, que vem sendo promovida com afincos desde o início do primeiro mandato de FHC. A quebra do espaço público, o enfraquecimento das instituições em que a discussão política tradicionalmente se exerceu, como as universidades públicas e os sindicatos, a inércia da sociedade civil, a pouca efetividade das oposições, a pressão e a cooptação exercidas intensivamente, tudo isso atua como forças contrárias à reorganização da cidadania. E tudo isso faz com que a palavra *política*, quando significa as ações pelas quais a sociedade se mobiliza para discutir a realidade social e reivindicar direitos, apareça com carga negativa. O significado positivo seria aquele propriamente *brasiliense*: lobby, permuta de favores, tergiversação, simulacro de diálogo, desqualificação do opositor, maquinações e maquiagens de vários tipos. Por isso, quando algum grupo social toma consciência dos seus direitos e

passa a pensar as suas reivindicações num contexto mais amplo que tem como horizonte uma profunda modificação ou mesmo uma transformação completa das estruturas sociais, as vozes do *establishment* logo acusam: está havendo *politização*, o que no caso significa: há um desvio na linha de conduta que faz com que as pessoas, em vez de esperarem que o que lhes é devido lhes seja concedido como favor do estado, passam a exigir pura e simplesmente o atendimento dos seus direitos. Recusam, portanto, a idéia de que o estado é que estabelece as condições, as ocasiões e os limites do reconhecimento dos direitos, de acordo com conveniências conjunturais.

É este esforço de despolitização dos movimentos sociais que leva à trivialização da própria idéia de direito. Daí deriva a eloqüência com que o Secretário da Segurança e o Governador proclamam que os grevistas em manifestação estariam cerceando o direito das outras pessoas a transitarem pela rua; nesta mesma linha o ministro da cultura pôde dizer que os sem-terra deveriam ser educados para entenderem que não têm o direito de cuspir no chão em edifícios do governo. Tornou-se lugar-comum, em todas as greves, a denúncia de que os grevistas pressionam os demais trabalhadores, tolhendo-lhes o direito ao trabalho, etc. Quando alunos ocupam uma escola ou sem-terra ocupam uma repartição pública, o governo se apressa em denunciar que os cidadãos ordeiros estão cerceados nos seus direitos de usufruírem da perfeição dos serviços que ali cotidianamente seriam prestados. Tudo isso para mostrar que a arbitrariedade, a violência e a violação de direitos são sempre praticados pelos que reivindicam, nunca por aqueles que se recusam sequer a ouvir as reivindicações. Como todos em princípio têm direitos iguais, quando uma manifestação dificulta o trânsito ela está tolhendo o direito dos motoristas à passagem; mas a recusa, por parte do governo, a reajustar salários não é desrespeito de direitos; é apenas a consequência de uma avaliação objetiva das possibilidades orçamentárias. Num caso, não há base concreta para a reivindicação, caso em que se diz que ela é *política*, o que quer dizer desprovida de fundamento objetivo. No outro não se trata de política, mas sim de decisão responsável respaldada em *objetividade*

técnica. Como “politização” significa então o estratagema pelo qual se faz passar por válido aquilo que não tem validade, todo movimento social que se “politiza” passa a estar alicerçado na ficção ou na mentira. Uma avaliação objetiva restabeleceria a verdade. Foi com base em tal tipo de avaliação objetiva que o ministro Malan pôde declarar que o salário mínimo aprovado não apenas permite às pessoas que se mantenham durante um mês mas ainda enseja a sobra de R\$20,00 para a poupança. Os que negam essa verdade cristalina não argumentam, mas politizam, isto é, trapaceiam. Ora, da politização como trapaça é possível passar facilmente à politização como transgressão e como crime. A conclusão é que todo cidadão politizado, isto é, consciente dos seus direitos e disposto a lutar por eles, é um criminoso em potencial.

Fica assim, portanto, clara qual deve ser a maneira de tratar os movimentos político-sociais: são casos de polícia. Entende-se porque o Secretário da Segurança de São Paulo elogiou a ação da tropa de choque contra os manifestantes da Av. Paulista e declarou que a polícia agirá da mesma forma sempre que houver manifestações desse tipo. Vê-se assim que há uma coerência perfeita entre a declaração de FHC e a ação das autoridades estaduais, coerência aliás que já se mostrara no caso da repressão aos índios e aos manifestantes na Bahia. Essa linha vertical de continuidade pela qual o discurso autoritário do Presidente serve de paradigma para as ações autoritárias nos outros escalões de poder está sendo seguida cada vez com mais clareza. No episódio da proibição da entrevista com Stédille, o Secretário de Comunicações não achou necessário consultar o Presidente, no que estava certo: seria bem incoerente se FHC, por qualquer escrúpulo ou laivo de prudência, tentasse dissuadi-lo da proibição. Assim também, o Secretário da Segurança, a Secretária da Educação, os Reitores das Universidades estaduais paulistas, todos tratam de imitar o mais fielmente possível o modelo do autoritarismo presidencial: sabem que o prestígio de que podem vir a desfrutar nas escalas mais altas de poder depende dessa demonstração de subserviência, tanto mais valorizada quanto mais espontânea. E isso não se deve a algum tipo de fascínio exercido pela personalidade de FHC; os que o imitam não seguem um líder

carismático, simplesmente se adaptam a um certo estilo de exercício do poder, que se caracteriza por um viés totalitário e por uma afirmação autoritária, predicanos que, num governo de perfil predominantemente tecnocrático, atuam como substitutivos da legitimidade política.

Pode-se perguntar o que tudo isso tem a ver com democracia. É claro que nenhum governante pratica plenamente, depois de eleito, a democracia que prometeu como candidato. Mas no caso do governo FHC há mais do que isso. Apesar de ter sido eleito diretamente pelo voto popular, seus compromissos não coincidem com aspirações verdadeiramente populares, pois o contexto da economia globalizada exige que atenda a interesses muito mais vinculados ao capital internacional do que ao desenvolvimento do país. Isso exige um gerenciamento técnico das ações governamentais, monitoradas pelos organismos internacionais, que faz com que a equipe de governo seja apenas executora e não autora das decisões. Para um técnico esta é uma situação normal, visto que ele é um executivo, mas para um político o fato deveria constituir uma aberração, uma vez que desvincula a esfera política da soberania. Essa é a razão pela qual os governos que se dizem “modernos” consideram como uma virtude o esvaziamento político dos procedimentos governamentais, sob o pretexto de que a complexidade do mundo contemporâneo não comporta decisões e condutas que não estejam respaldadas em tecnologias de gestão, o que não deixa lugar para o voluntarismo político de tempos passados. Essa ausência de política redundando numa ausência de democracia nas práticas efetivas de administração da coisa pública. O presidente foi eleito, mas a equipe que ele coordena, nos setores essencialmente vinculados ao capital internacional, não tem qualquer ligação com os eleitores do presidente e nem se vê como obrigada a qualquer tipo de prestação de contas verdadeiramente democrática. Exercem uma responsabilidade técnica que se orienta por parâmetros que se situam bem longe de qualquer relação política com a população. Prestam contas do que fazem em outros níveis. Ora, essa substituição de critérios políticos por razões de ordem tecnoburocrática enfraquece a democracia que deveria pautar o conjunto de práticas

de governo. Daí a pouca transparência das decisões e o teor autoritário das medidas que se seguem.

E, no entanto, como não se pode de fato escapar da política, é o próprio vazio político que aparece como opção política. Ou seja, o sacrifício da política não resulta numa assepsia técnica que se manifestaria na neutralidade pura das decisões estritamente objetivas. O vazio político é ocupado pelo embate selvagem dos interesses particulares, num contraste grotesco com a alardeada competência científica que nortearia as decisões econômicas. Como o governo não atua apenas como moderador dessas disputas, mas delas participa ativamente, tendo que se haver com seus ferozes aliados e enfrentar todo tipo de dificuldade para controlar a sanha predatória que grassa nas heterogêneas fileiras que compõem suas legiões de apoio, a dita equipe técnica se vê muitas vezes na contingência de travestir os interesses em jogo de dados objetivos, para dar alguma aparência de seriedade aos acordos pelos quais o governo garante, às vezes de forma bem precária, a sua sustentação. É essa a *prática política* a que o governo está acostumado. Não surpreende, pois, que seus integrantes e seus seguidores recusem o diálogo político autêntico, pois estão despreparados para discutir fora do balcão de negócios.

Essa situação, que na verdade não permite discernir muito bem entre o despreparo político e a “esperteza” como motivação de comportamento, nos leva também a entender melhor o apelo à *democracia formal*, que em muitas declarações e comentários da imprensa chega ao nível da caricatura. O *Estado de S. Paulo*, ao comentar a manifestação da Av. Paulista, enfatizou o fato de que há mais de 150 locais demarcados para eventos da espécie, e a escolha da Av. Paulista portanto caracterizaria muito bem o desrespeito dos manifestantes para com o restante da população. Ou seja, a manifestação, que reivindicaria em princípio democracia e transparência, seria em si mesma antidemocrática, o que revelaria assim a verdadeira índole e os verdadeiros objetivos do movimento, a motivação “inconfessável” que realmente está na base dos reclamos aparentes. Uma manifestação apropriadamente democrática deveria talvez realizar-se sábado à tarde no Sambódromo, que a prefeitura

faria a gentileza de liberar para esse fim. Ela daria ensejo a que certa imprensa, que tem muito apreço pelas formalidades democráticas e forte tendência a esquecer o conteúdo, pudesse congratular-se com os atores do evento: o comportamento pacífico e ordeiro dos manifestantes, o comportamento contido e prudente da polícia, que lá estaria apenas a título preventivo, porque em toda festa pode haver os que se excedem e não compreendem o caráter *sadio* da brincadeira. O evento se encerraria com o toque sério, que seria o pronunciamento de algum funcionário graduado do Palácio, demonstrando a impossibilidade de atender às reivindicações, de resto já amplamente contempladas como mostram cálculos dos economistas do governo, e todos voltariam para casa de alma lavada em banho cívico.

Mas se o ônus da responsabilidade cívica recai apenas sobre os ombros do governo, este tem que agir com a severidade que se espera da autoridade: a *tolerância zero*, palavra de ordem que vem sendo muito repetida ultimamente. Trata-se de uma expressão que foi usada pela polícia de Nova York para descrever um projeto integral de combate ao crime. As autoridades brasileiras tomaram a liberdade de acrescentar à lista de homicídios, roubos, furtos, latrocínios, estupros e seqüestros as manifestações por melhores salários e condições de trabalho. Com isso os movimentos sociais ficam associados à violência que assola as grandes metrópoles, a ser enfrentada pela energia dos governos e a eficiência da polícia. Trata-se de um raciocínio interessante: a criminalização das reivindicações sociais torna legítima a repressão; em contrapartida, a descriminalização de fato dos procedimentos de banqueiros desonestos, de políticos corruptos, da bandidagem de colarinho branco, dos responsáveis pelos superfaturamentos torna legítima a tolerância, e a prova disso é que não há nenhum banqueiro preso. Para uns a tolerância zero; para outros a tolerância máxima.

Com isso o governo dá provas de que não se intimida. A *Folha de S. Paulo* de 25/5/00 traz o pronunciamento do presidente da República no qual ele orienta os ministros a “endurecerem” com os grevistas de seus respectivos setores e critica os governadores que estão tratando com leniência os movimentos em seus estados.

De passagem, elogia o governador Covas por ser um homem “destemido”, o que mostrou ao partir para a briga com um manifestante. Outro raciocínio esdrúxulo. Ninguém nega que precisamos de políticos destemidos porque há muita coisa a enfrentar. A questão é saber se a coragem do governador Covas não seria melhor empregada se ele demonstrasse valentia e firmeza contra os latifundiários, contra os banqueiros, contra os oligarcas e coronéis do PFL, contra os caciques da política fisiológica, etc., em vez de tentar sair no braço contra desempregados. Isso porque, em princípio, brigamos com as pessoas a quem nos opomos e governadores supostamente foram eleitos para defender os interesses do povo e não para exercitar nele os seus punhos. Talvez o PSDB queira mostrar aos coronéis pefelistas do norte e do sul que nas suas fileiras não há somente PhDs em Economia, mas também cabras machos. E assim pelo menos ficamos sabendo que podemos levar na cabeça tanto o moquete do governador quanto os planos do ministro Malan.

A capacidade de produzir argumentos segundo a retórica do cinismo parece ser ilimitada. Ao criticar os movimentos sociais, FHC declarou que toda essa inquietação – política, é preciso lembrar – deve-se na verdade à melhoria dos indicadores sociais, que testemunham o acerto das decisões econômicas que vêm sendo tomadas, além dos reflexos positivos nas áreas sociais. Como, com isso, a oposição vê fugirem os argumentos que poderia contrapor à conduta do governo, uma vez que as alegações pessimistas se dissolvem diante de realidade tão promissora, apela, em desespero, para o radicalismo dos discursos e das ações. Em suma, as pessoas protestam porque o país vai bem, e, portanto, além da violência e do crime, é também uma espécie de lógica do absurdo que orienta os movimentos sociais. As pessoas de boa vontade assistem, perplexas, às denúncias de deterioração dos serviços em educação e saúde, quando é patente que, apesar da febre amarela, da tuberculose, da desnutrição, da mortalidade infantil, do desemprego e do analfabetismo, o Brasil estaria prestes a rivalizar com a Noruega e a Suíça em termos de qualidade de vida. É seguindo essa linha de raciocínio que o governo do estado de São Paulo faz aparecer na

TV, reiteradas vezes, comunicado em que esclarece a população que os profissionais da saúde e da educação, em greve por melhores salários, já tiveram bem mais de cem por cento de aumento nos últimos anos, o que caracteriza, além do empenho do governo na valorização dos serviços públicos, a situação verdadeiramente privilegiada dessas categorias e o aspecto politiqueiro do movimento reivindicatório.

A opção decidida pela prática da mentira, da mistificação e da manipulação das informações com vistas a deformar a opinião pública é sinal claro da concepção vigente no governo de cidadania e direitos. O cidadão não tem direito à informação objetiva e transparente, não deve ouvir as partes em conflito para pesar as razões, não pode ter acesso a dados que lhe permitam julgar com conhecimento de causa. Interessa apenas que as pessoas, bombardeadas por informações parciais e comentários tendenciosos, tenham a consciência obscurecida e possam apenas repetir aquilo que exaustivamente lhes é inoculado como propaganda. As técnicas de transmissão da informação não permitem mais distinguir a informação da publicidade. Como o governo tem nas mãos os meios de informação, como o que caracteriza a grande mídia no Brasil é a cumplicidade com o poder, a informação acaba subordinada à força e não à verdade. Pouco importa que, daqui a algum tempo, algumas verdades apareçam e se sobreponham às deformações. Os objetivos imediatos já terão sido atingidos e a verdade tardia não sobrepujará jamais a força da mentira oportunista. FHC e seus associados não estão preocupados com o julgamento da história. O que lhes interessa é cumprir com eficácia a função de mistificar o presente.